

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede e foro em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional da ECT é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Departamentos e Órgãos de mesmo nível.

Conforme estatuto, a ECT tem por objeto, nos termos da Lei: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

Nesses termos: considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a ECT atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Nos termos da Lei nº 12.490/2011, a ECT, para a execução das atividades compreendidas em seu objeto, poderá: constituir subsidiárias, adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecidas a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

## NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, conforme quadro abaixo.

Normas	Situação Atual	Motivo
• CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 07(R1), CPC 09, CPC 12, CPC 20(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 26(R1), CPC 28, CPC 30(R1), CPC 31, CPC 32, CPC 16(R1), CPC 25, CPC 38, CPC 39 e CPC 40(R1)	ATENDIDO	
• CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da MP nº. 449/08	NÃO ATENDIDO	Não aplicável em 2013.
• CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16)	NÃO ATENDIDO	Em processo de atribuição da vida útil e valor econômico dos imóveis por parte da empresa contratada e dos móveis por parte da ECT, com previsão para conclusão em 2014.
• CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 1)	NÃO ATENDIDO	Reflexo do não atendimento do CPC 27 e CPC 33 R1.
• CPC 01 (R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos	NÃO ATENDIDO	A ECT está desenvolvendo o estudo da unidade geradora de caixa. No entanto, não existem indícios de fatores externos/internos de desvalorização.
• CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)	NÃO ATENDIDO	Em processo de contratação pela ECT para o cálculo atuarial do plano de saúde.
• CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40	NÃO ATENDIDO	Reflexo do não atendimento do CPC 27 e CPC 33 R1.
• CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)	ATENDIDO	Face ao atendimento de aplicação de valor justo exigido em outros CPCs ou face à não aplicabilidade de outros CPCs que exigem o valor justo.
• CPC 05(R1), CPC 06(R1), CPC 08(R1), CPC 10(R1), CPC 11, CPC 14, CPC 15(R1), CPC 17(R1), CPC 18(R2), CPC 19(R2), CPC 21(R1), CPC 22, CPC 29, CPC 34, CPC 35(R2), CPC 36(R3), CPC 41, CPC 44 e CPC 45	NÃO APLICÁVEL	

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

As estimativas adotadas pela administração incluem perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões passivas e para fundos de pensão. Embora a ECT utilize suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar diferenças em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de eventos futuros que possam ocorrer. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não tiveram impacto no lucro líquido da ECT e estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

## **2.2 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da ECT.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações serão reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

## **2.3 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Estão representados por: Caixa, Banco e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. As aplicações financeiras estão classificadas como títulos mantidos para negociação.

## **2.4 – Contas a Receber**

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas de crédito de liquidação duvidosa – PCLD. A PCLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas incorridas na realização desses créditos. O valor da PCLD pode ser ajustado com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como pela mudança na situação financeira dos clientes.

## **2.5 – Estoques**

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo.

Quando aplicável, é constituída a perda não dedutível (antiga provisão) de estoque classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

## **2.6 – Adiantamentos**

Estão representados, substancialmente, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da perda não dedutível, constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pago pelos órgãos públicos.

## **2.7 – Valores a Compensar**

Estão representados, principalmente, por saldos a compensar da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do Programa de Integração Social – PIS, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, originados de retenções federais efetuadas sobre as receitas de prestação de serviços e aplicação financeira.

## **2.8 – Investimentos**

### **2.8.1 – Propriedade para Investimento**

Existem imóveis que são mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados), e, nesse sentido, são classificados como propriedade para investimentos e registrados pelo custo de aquisição.

As políticas de classificação adotadas pela ECT para reconhecimento dos imóveis como de propriedades para investimento são:

- a) Cedidos/alugados - Imóveis próprios com 50% ou mais da área edificada, ocupada por terceiros;
- b) Desocupados - Imóveis próprios sem uso pela ECT ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, nas mesmas bases e taxas fiscais utilizadas para os bens classificados no ativo imobilizado.

### **2.8.2 – Demais Investimentos**

Dos demais investimentos considerados como não relevantes o FINAN e o FINOR estão registrados pelo custo de aquisição deduzido das perdas não dedutíveis (100%) devido ao desempenho negativo destes fundos desde 2002. No momento, não há intenção de venda desses Ativos.

## **2.9 – Imobilizado**

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidos da correção monetária até 1995). Durante o período de construção, os honorários profissionais são acrescidos ao custo das obras em andamento.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela legislação fiscal conforme demonstrado na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TAXA ANUAL
Imóveis	4%
Equipamentos de Informática	20%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos Motorizados Leves	20%
Veículos Motorizados Pesados e Motos	25%
Veículos Não-Motorizados	20%
Outras Imobilizações	20%

Para benfeitorias em imóveis de terceiros, a amortização é calculada considerando-se o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil fiscal dos bens.

Existem ativos da empresa com valor contábil substancialmente depreciado, ou mesmo, igual à zero, e que continuam em operação e gerando benefícios econômicos, contudo, dentre as práticas contábeis, a ECT ainda não efetuou a adoção inicial das normas internacionais bem como, do CPC 27, ajustando o valor do bem, a fim de que este demonstre a relação do seu custo com o benefício econômico ainda proporcionado pelo bem à empresa. O processo de adequação da ECT ao que determina o CPC 27, bem como a adoção inicial das normas internacionais encontram-se em andamento para serem implementadas no decorrer de 2014.

### 2.10 – Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada conforme método linear à taxa fiscal de 10% ao ano.

### 2.11 – Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

A Administração tem como meta revisar, a partir de 2014, o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. No entanto, até o momento não existem fatores internos ou externos que indiquem indícios de desvalorização.

No que se refere a equipamentos de mecanização/triagem, não foram identificados indícios de desvalorização por *impairment*, sendo feitos testes de recuperabilidade por meio de fluxo de caixa futuro.

### 2.12 – Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo da ECT são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam a melhor estimativa.

Como os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores são de recebimento/pagamento de curto prazo, cálculos realizados pela ECT demonstram que o ajuste a valor presente não seria relevante.

### **2.13 – Obrigações com Fornecedores**

São realizadas mensalmente provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não é possível a entrada do documento fiscal no sistema até a data do fechamento contábil do balancete, atendidas as seguintes condições:

- a) existir uma obrigação futura de um evento passado;
- b) existir saída provável de recursos; e
- c) existir estimativa confiável da obrigação.

### **2.14 – Receitas Recebidas Antecipadamente - Adiantamento de Clientes**

Classificados no Passivo Circulante e Não-Circulante são representadas basicamente pelos valores recebidos antecipadamente do contratante Banco do Brasil S/A, face ao contrato de prestação de serviços de correspondente bancário (Banco Postal), com início da prestação de serviços em 02/01/2012, com prazo de vigência de 5 anos. Nos termos do CPC 30 – Receitas (IAS 18), considerando que os serviços prestados correspondem a um número indeterminado de etapas, durante um período específico de tempo, a receita será reconhecida no resultado linearmente durante o período de vigência contratual.

### **2.15 – Passivo Contingente**

As provisões são reconhecidas, pela ECT, quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor dessa obrigação possa ser feita.

A ECT é parte em diversos processos judiciais e administrativos divididos em causas trabalhistas, cíveis e fiscais, sendo que a avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico cuja classificação em provável, possível ou remoto está sob responsabilidade da área jurídica da ECT.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

### **2.16 – Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para o acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da ECT, considerando os impactos de valores distribuídos de forma antecipada. Qualquer valor proposto acima do mínimo obrigatório, ou de valores que excedam os montantes distribuídos antecipadamente, somente serão provisionados quando aprovados em Assembleia Geral, conforme ICPC 8. Os juros sobre o capital próprio são registrados em contrapartida

com despesa financeira, para fins de benefício tributário, conforme determinação da legislação federal, e posteriormente imputados aos dividendos.

### **2.17 – Benefícios a Empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da ECT relacionados a complemento de aposentadoria são avaliados anualmente de acordo com os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da ECT. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem sobre patrocinadores, participantes e assistidos na forma prevista na Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 28/2008. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões, assim definido como em extinção. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008 e em 2010 houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do aporte da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. Desde 01/08/2010, a obrigação é considerada uma dívida financeira (e não atuarial) com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% a.a. e deduzidas as amortizações dos pagamentos efetuados. Na 6ª Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, realizada em outubro de 2012, deliberou-se pela necessidade de avaliação, pelos órgãos competentes, dos montantes registrados nas contas do Passivo, denominadas em 2012, de Postalís Reservas a Amortizar e Encargos Sociais, considerando a divergência de entendimento com a Secretária do Tesouro Nacional em relação ao montante registrado contabilmente a título de RTSA. Aguarda-se para o início do exercício de 2014 a manifestação final do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST sobre o assunto.

A partir de 01/01/2013, a ECT reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 R1:

a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e

b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa.

No caso do Postalís, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada, e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos da ECT. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

#### **2.17.1 - Participação nos Lucros e Resultados - PLR**

A ECT, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início de cada ano à empresa, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais a seus empregados e dirigentes.

Para a PLR dos empregados, mensalmente, respeitando o regime de competência, é constituída pela ECT uma obrigação a pagar no passivo a um percentual de 11,875% sobre o resultado do período, não podendo o montante final a pagar exceder a 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Entende que o montante estimado é razoável, para cobrir a saída de recursos que deve ocorrer após a aprovação das demonstrações contábeis de 2013.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

#### **2.18 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos**

##### **2.18.1 – Impostos Correntes**

O encargo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente é calculado em períodos mensais, conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço e com base na geração de lucro contábil pela ECT.

##### **2.18.2 – Impostos Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos, em sua totalidade, considerando as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos com fins fiscais e os seus correspondentes valores constantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e as leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis. Os impactos/detalhes encontram-se na Nota 17.

#### **2.19 – Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros da ECT são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e
- Contas a receber

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras mantidas para negociação.

Os valores a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, menos perda por redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

## **2.20 – Receitas e Despesas**

A ECT tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e dos custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

## **NOTA 3 – ALTERAÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis individuais apresentadas, com relação ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (plano de pensão), estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os atos normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como considerando a legislação societária em vigor, Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

No exercício corrente, a ECT aplicou pela primeira vez o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (equivalente a IAS 19, como revisada em 2011) e as alterações decorrentes relacionadas pela primeira vez.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) alterou a contabilização de planos de benefícios definidos e benefícios rescisórios. A mudança mais significativa refere-se à contabilização de mudanças em obrigações de benefícios definidos e ativos do plano.

As alterações exigem o reconhecimento de mudanças em obrigações de benefícios definidos e no valor justo de ativos do plano quando ocorridas e, assim, eliminam a “abordagem de corredor” permitida pela versão anterior da IAS 19 (equivalente ao CPC 33 - R1) e aceleram o reconhecimento dos custos de serviços passados. Todos os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes para que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão reconhecido no balanço patrimonial reflita o valor integral do déficit ou excedente do plano. Além disso, o custo dos juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos por um valor de “juros líquidos” de acordo com a IAS 19 (como revisada em 2011), que é calculado aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Essas mudanças tiveram um impacto sobre os valores reconhecidos no

resultado e em outros resultados abrangentes em exercícios anteriores. Além disso, a IAS 19 (como revisada em 2011 e equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 33 - R1) introduz certas mudanças na apresentação do custo de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensas.

### 3.1 - Impacto da Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) sobre o Resultado Abrangente Total

Exercício findo em 31 dez 2013	
<b>Impacto sobre o resultado do exercício:</b>	
Aumento dos custos	207.481
<b>Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício:</b>	
Aumento da remensuração de obrigações de plano de benefício definido - Postalis	569.194

### NOTA 4 – APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

As informações estão sendo apresentadas de forma retrospectiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência de ajustes nas demonstrações contábeis. Demonstramos a seguir os saldos reapresentados:

#### 4.1 - Impacto da Reapresentação sobre o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2012

	Em 1º jan 2012 (Publicado)	Ajustes	Em 1º jan 2012 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	3.165.389	(2.001)	3.163.388
<b>Contas a Receber</b>	1.270.334	(1.054)	1.269.280
Clientes (7)		(177)	
Contas Internacionais a Receber (1)		(877)	
<b>Outros Valores e Bens</b>	531.717	(947)	530.770

	Cobrança Jurídica/Inadimplência (7)		177	
	Faturas em Cobrança Jurídica (6)		(1.124)	
<b>Não Circulante</b>				
		<b>7.365.483</b>	<b>(84.666)</b>	<b>7.280.817</b>
	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>5.950.790</b>	<b>(25.590)</b>	<b>5.925.200</b>
	Depósitos Judiciais (2)		(25.590)	
	<b>Imobilizado</b>	<b>1.348.404</b>	<b>(59.076)</b>	<b>1.289.328</b>
	Obras em Andamento (3)		(59.076)	
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
		<b>3.022.634</b>	<b>(16.643)</b>	<b>3.005.991</b>
	<b>Encargos Sociais (8)</b>	<b>392.798</b>	<b>(229.766)</b>	<b>163.032</b>
	<b>Benefício Pós Emprego (8)</b>	-	<b>229.766</b>	<b>229.766</b>
	<b>Impostos e Contribuições</b>	<b>559.452</b>	<b>4.919</b>	<b>564.371</b>
	IRPJ/CSLL (4)		4.919	
	<b>Contas Internacionais a Pagar</b>	<b>52.522</b>	<b>(21.562)</b>	<b>30.960</b>
	Contas Internacionais a Pagar (5)		(21.562)	
<b>Patrimônio Líquido</b>				
		<b>3.896.684</b>	<b>(70.024)</b>	<b>3.826.660</b>
	Reserva p/Projeto de Investimento (1)		(877)	
	Reserva p/Projeto de Investimento (2)		(25.590)	
	Reserva p/Projeto de Investimento (3)		(59.076)	
	Reserva p/Projeto de Investimento (4)		(4.919)	

Reserva p/Projeto de Investimento (5)	21.562
Reserva p/Projeto de Investimento (6)	(1.124)

(1) Valor de R\$ 877 correspondente aos ajustes em Contas Internacionais a Receber efetuados como despesa no exercício de 2012 (R\$ 23.045) e à crédito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013 (R\$ 22.168), conforme relatório de conclusão do grupo de trabalho instituído conforme Portaria PRT/SUPEX/VINEG-001/2011 e Memorando GAB/DEINT-00467/13.

(2) Valores referentes às baixas de Depósitos Judiciais e Recursais Administrativos efetuadas no resultado do exercício de 2012 (R\$ 14.226) e na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013 (R\$ 11.364).

(3) Refere-se às baixas de Obras em Andamento efetuadas no resultado do exercício de 2012.

(4) Valores correspondentes a IRPJ e CSLL efetuados no resultado do exercício de 2012.

(5) Valor de R\$ 21.562 correspondente aos ajustes em Contas Internacionais a Pagar efetuados como receita no exercício de 2012 (R\$ 18.500) e à crédito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013 (R\$ 3.062), conforme relatório de conclusão do grupo de trabalho instituído conforme Portaria PRT/SUPEX/VINEG-001/2011 e Memorando GAB/DEINT-00467/13.

(6) Valor de R\$ 1.124 referente a liquidação de acordo de faturas em cobrança jurídica contabilizada em conta indevida, sendo a regularização efetuada na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013.

(7) Reclassificação de grupo de contas de Clientes para Cobrança Jurídica/Inadimplência.

(8) Reclassificação de grupo de contas de Encargos Sociais para Benefício Pós Emprego.

#### 4.2 - Impacto da Reapresentação sobre o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2012

	Em 31 dez 2012 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2012 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			
Circulante	3.571.973	(1.706)	3.570.267
Contas a Receber	1.418.790	(949)	1.417.841

	Clientes (5)		(367)	
	Faturamento a Receber (1)		(582)	
	<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>319.784</b>	<b>757</b>	<b>319.027</b>
	Cobrança Jurídica/Inadimplência (5)		757	
	<b>Não Circulante</b>	<b>6.882.539</b>	<b>1.053</b>	<b>6.883.592</b>
	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>5.415.284</b>	<b>(7.416)</b>	<b>5.407.868</b>
	Tributos Diferidos (2)		3.184	
	Depósitos Judiciais (3)		(10.600)	
	<b>Imobilizado</b>	<b>1.403.292</b>	<b>8.469</b>	<b>1.411.761</b>
	Obras em Andamento (4)		8.469	
	<b>Passivo</b>			
	<b>Circulante</b>	<b>3.077.890</b>	<b>145</b>	<b>3.078.035</b>
	<b>Encargos Sociais (6)</b>	<b>444.000</b>	<b>(266.071)</b>	<b>177.929</b>
	<b>Benefício Pós Emprego (6)</b>	<b>-</b>	<b>266.071</b>	<b>266.071</b>
	<b>Impostos e Contribuições</b>	<b>132.976</b>	<b>3.207</b>	<b>136.183</b>
	IRPJ/CSLL (2)		3.207	

<b>Contas Internacionais a Pagar (7)</b>	<b>44.087</b>	<b>(3.062)</b>	<b>41.025</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.136.816</b>	<b>(799)</b>	<b>4.136.017</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores (1)		(582)	
Ajuste de Exercícios Anteriores (2)		(24)	
Ajuste de Exercícios Anteriores (3)		(10.600)	
Ajuste de Exercícios Anteriores (4)		8.469	
Ajuste de Exercícios Anteriores (5)		(1.124)	
Ajuste de Exercícios Anteriores (7)		3.062	

(1) Diminuição de R\$ 22.750, de valores correspondentes ao ajuste no Faturamento a Receber devido à falha no sistema ERP conforme Nota Técnica 2582/2013, e acréscimo de R\$ 22.168 em Contas Internacionais a Receber conforme observação 1 da nota 4.1.

(2) Valores correspondentes a remensuração de tributos diferidos efetuados na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013 em virtude da reapresentação das demonstrações.

(3) Valores de R\$ 764 referentes às baixas de Depósitos Recursais Administrativos efetuados a crédito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013 e efeitos da diminuição de R\$ 11.364 conforme observação 2 da nota 4.1.

(4) Incorporação de parte dos imóveis baixados em 2012, em virtude do recebimento do TEER. O valor de R\$ 8.469 foi contabilizado a crédito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2013.

(5) Reclassificação de grupo de contas de Clientes para Cobrança Jurídica/Inadimplência, no valor de R\$ 367, e efeitos da diminuição de R\$ 1.124 conforme observação 6 da nota 4.1.

(6) Reclassificação de grupo de contas de Encargos Sociais para Benefício Pós Emprego.

(7) Diminuição de R\$ 3.062 conforme observação 5 da nota 4.1.

	Em 31 dez 2012	Ajustes	Em 31 dez 2012
--	-------------------	---------	----------------

	(Publicado)		(Reapresentado)
<b>Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>10.205.371</b>	<b>(88.163)</b>	<b>10.117.208</b>
Reclassificação para Despesas Gerais e Administrativas (1)		(8.278)	
Reclassif. para Despesas com Vendas (1)		(79.721)	
Efeitos de ajustes no PL (2)		(164)	
<b>Despesas com vendas/serviços (1)</b>	<b>1.507.002</b>	<b>79.721</b>	<b>1.586.723</b>
<b>Despesas gerais e administrativas (1 e 3)</b>	<b>2.611.507</b>	<b>(74.260)</b>	<b>2.537.247</b>
<b>Outras receitas operacionais (4)</b>	<b>827.315</b>	<b>(18.914)</b>	<b>808.401</b>
<b>Receitas Financeiras (5)</b>	<b>1.216.440</b>	<b>(589)</b>	<b>1.215.851</b>
<b>Despesas Financeiras (6)</b>	<b>128.684</b>	<b>(1.107)</b>	<b>127.577</b>
<b>Imposto de Renda (7)</b>	<b>296.261</b>	<b>(3.656)</b>	<b>292.605</b>
<b>Contribuição Social (7)</b>	<b>111.488</b>	<b>(1.265)</b>	<b>110.223</b>

(1) Redução do CMV em (R\$ 88.163) relativo a reclassificação de R\$ 164, aumento nas despesas com vendas em R\$ 79.721 e gerais e administrativas em R\$ 8.278.

(2) Reclassificação com redução de R\$ 164 no CMV em 2012, refere-se a indenizações trabalhistas, FGTS, vigilância e indenizações (área financeira).

(3) Reclassificação com redução do CMV e aumento em despesas gerais e administrativas de R\$ 8.278, mais valores advindos do Patrimônio Líquido relativos a exercícios anteriores referentes a variações patrimoniais, precatórios, honorários de dirigentes, custas judiciais, depósitos judiciais e outros encargos em (R\$ 105.311), mais valores de faturamento R\$ 22.750 e tributos R\$ 23 resultando em R\$ 74.260.

(4) Efeitos no resultado de 2012 relativos a exercícios anteriores referentes a variações patrimoniais (R\$ 11.463), despesas recuperadas (R\$ 1.045), receitas canceladas de R\$ 3.625, obras em andamento de R\$ 8.469 e receitas de variação patrimonial (R\$ 18.500), perfazendo R\$ 18.914.

(5) Efeitos no resultado de 2012 relativos a exercícios anteriores referentes a receitas de juros R\$ 57 e receita de variação monetária (R\$ 646), totalizando R\$ 589.

(6) Efeitos no resultado de 2012 relativos a exercícios anteriores referentes a notificação de infração no total de (R\$ 1.107).

(7) Efeitos decorrentes dos ajustes no resultado de 2012 relativos a exercícios anteriores no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

## NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

**5.1 – Caixa:** em 31/12/2013, o valor de R\$ 661 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.409 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2014.

**5.2 – Bancos:** representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2013 correspondia a R\$ 8.520.

**5.3 – Aplicações:** as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos extramercado exclusivos no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBTVM e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) e operações compromissadas, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

### 5.3.1 – Posição em 31/12/2013

APLICAÇÃO	VALOR	(%)
LTN	433.239	9,53
NTN-B	3.919.108	86,25
NTN-F	3.218	0,07
Op. Compr. <sup>1</sup>	188.401	4,15
<b>Subtotal</b>	<b>4.543.966</b>	<b>100,00</b>

Ajustes <sup>2</sup>	(100)	0,00
<b>Total</b>	<b>4.543.866</b>	<b>100,00</b>
Imposto de Renda	(8.092)	-0,18
<b>Líquido</b>	<b>4.535.774</b>	<b>99,82</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas.

<sup>2</sup> Tx. ADM, CPMF, ajuste mercado futuro e outros na gestão dos fundos.

Do patrimônio líquido total das aplicações da ECT, R\$ 496.693 estão aplicados no Fundo 13A, R\$ 2.323.294 no Fundo 13B, ambos no Banco do Brasil, e R\$ 1.723.879 no Fundo X na Caixa, totalizando R\$ 4.543.866.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo com vencimentos até 2018, de acordo com a tabela abaixo. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2014	433.239	776.925	3.218	188.401	(8.093)	(100)	1.393.590
<b>Totais</b>	<b>433.239</b>	<b>776.925</b>	<b>3.218</b>	<b>188.401</b>	<b>(8.093)</b>	<b>(100)</b>	<b>1.393.590</b>

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	L T N	NTN- B	NT N- F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2015		1.009.183					1.009.183
2016		1.310.135					1.310.135

2017		283.889				283.889
2018		538.977				538.977
<b>Totais</b>	-	<b>3.142.184</b>	-	-	-	<b>3.142.184</b>

### 5.3.2 – Posição em 31/12/2012

APLICAÇÃO	VALOR	(%)
LTN	1.159.111	19,57
NTN-B	3.768.924	63,64
NTN-F	261.715	4,42
Op. Compr. <sup>1</sup>	802.171	13,54
<b>Subtotal</b>	<b>5.991.921</b>	<b>100,00</b>
Ajustes <sup>2</sup>	(69)	0,00
<b>Total</b>	<b>5.991.851</b>	<b>100,00</b>
Imposto de Renda	(10.030)	-0,17
<b>Líquido</b>	<b>5.981.821</b>	<b>99,83</b>

<sup>1</sup> Operações Compromissadas.

<sup>2</sup> Tx. ADM, ajuste mercado futuro e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2013	342.745	548.956	84.094	802.171	(10.030)	(69)	1.767.866
<b>Totais</b>	<b>342.745</b>	<b>548.956</b>	<b>84.094</b>	<b>802.171</b>	<b>(10.030)</b>	<b>(69)</b>	<b>1.767.866</b>

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2014	529.810	745.945	153.696				1.429.451
2015	210.762	865.816	20.618				1.097.196
2016	75.793	1.157.916					1.233.710
2017		252.207	3.307				255.514
2018		156.556					156.556
2019							-
2020		41.528					41.528
<b>Totais</b>	<b>816.366</b>	<b>3.219.968</b>	<b>177.622</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.213.955</b>

#### NOTA 6 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão registrados pelo valor original deduzidos das perdas de crédito de liquidação duvidosa - PCLD.

CRÉDITOS	2013	2012 Reapresentado
Serviços Faturados	1.156.783	1.117.726
Serviços a Faturar	175.711	21.391
Cartões de Crédito	6.583	6.457

ACF/Prestação de Contas	1.759	22.938
ACF/Débitos Negociados	2	2
ACC/Prestação de Contas	2.635	2.482
Débitos ACC	1	1
AGC/Prestação de Contas	94	97
Débitos Internacionais	321.439	194.685
AGF/Prestação de Contas	91	865
AGF/ Débitos Negociados	2	-
Direito a receber AGF – Lei postal	2.896	5.581
Valores a receber de AGF	78.471	43.734
Outros Débitos de Clientes	23	1.882
<b>TOTAL</b>	<b>1.746.490</b>	<b>1.417.841</b>

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, extraídas as faturas em cobrança jurídica, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

Vencimentos	2012	
	2013	reapresentado
Vencidos até 30 dias	32.699	73.673
Vencidos de 31 a 60 dias	23.623	19.191
Vencidos de 61 a 90 dias	10.148	8.451
Vencidos de 91 a 120 dias	4.500	6.840
Vencidos de 121 a 180 dias	9.753	11.646
Vencidos de 181 a 365 dias	8.488	13.220
Acima de 365 dias	4.056	14.176
Total de Valores Vencidos	103.269	147.197

A Vencer	1.053.537	972.411
Total a Receber	1.156.806	1.119.608

**6.1 – Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa:** foi constituída ao final do exercício, à base de 30,88% e 11,87% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente, e de 100% dos títulos de empresas em recuperação judicial. O aumento de R\$ 15.645 em despesa nesta rubrica deve-se a mudança de critério para o cálculo da PCLD a fim de atender o que determina o CPC 38 no qual a empresa não pode mais constituir a PCLD com base na perda estimada, mas sim, em evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos esteja sujeito à perda no valor recuperável. Observa-se, com relação ao serviço de telegrama fonado, que o saldo remanescente do ano de 2012, na ordem de R\$ 647, foi totalmente baixado para perda devido à impossibilidade de recebimento.

<b>PCLD - 2013</b>	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2013 (30,88% do saldo)	18.488
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2013 (11,87% do saldo)	5.706
Títulos de empresas em recuperação judicial (100% dos títulos vencidos e a vencer)	4.570
<b>TOTAL</b>	<b>28.764</b>

<b>PCLD - 2012</b>	
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2012 (97% do saldo)	12.666
Inadimplência do Serviço de Telegrama Fonado (70% do saldo)	453
<b>TOTAL</b>	<b>13.119</b>

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas de créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

<b>MOVIMENTAÇÃO PCLD</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Saldo em 1º de janeiro	13.119	14.828
Adições	17.579	5.070
Baixas	(6.703)	(6.779)

PCLD não dedutível	23.995	13.119
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	4.769	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>28.764</b>	<b>13.119</b>

Para fins fiscais, o eventual excesso de PCLD constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para a apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

**6.2 – Serviços Faturados:** correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos em cobrança bancária ou administrativa.

**6.3 – Serviços a Faturar:** representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

**6.4 – ACF/Prestação de Contas:** referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

**6.5 – Débitos Internacionais:** o valor de R\$ 321.439 corresponde aos direitos decorrentes das relações da ECT e demais correios mundiais. O saldo de 2013 ainda traz influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e a ECT é obrigada a seguir. Para esta conta foi constituída uma PCLD na ordem de R\$ 745, referente aos valores a receber em 2012 que a ECT ainda aguarda o pagamento.

**6.6 – Outros Débitos de Clientes:** os valores registrados nesta rubrica referem-se às custas no protesto de títulos de clientes cujo valor será restituído quando do pagamento da dívida. A redução do saldo deve-se, principalmente, a débitos a receber do INSS baixados para perda por ser considerado de difícil recebimento.

**6.7 – Direito a Receber de AGF – Lei postal:** corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

**6.8 – Valores a Receber de AGF:** referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

## NOTA 7 – ESTOQUES

Estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. Foi constituída uma perda não dedutível com estoque referente a itens inservíveis, vencidos e obsoletos aguardando destinação para venda de sucata ou por descarte.

<b>MATERIAIS ESTOCADOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Material para consumo	32.435	45.329
Material para revenda/almojarifados	19.431	12.694
Material em consignação	343	343
Perda não dedutível com estoque	(1.722 )	-
<b>TOTAL</b>	<b>50.487</b>	<b>58.366</b>

## NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS

### 8.1 – Adiantamentos

<b>ADIANTAMENTOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Adiantamento Salarial	3.563	3.224
Adiantamento de Férias	117.6 57	107.3 28
Demais Adiantamentos	6.786	1.193
<b>TOTAL</b>	<b>128.0 06</b>	<b>111.7 45</b>

**8.1.1 – Demais Adiantamentos:** referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos referente aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários. O saldo de empregados cedidos – R\$ 10.204 está líquido da perda não dedutível, na ordem de R\$ 3.587, vencidos a mais de 365 dias.

### 8.2 – Valores a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais pagos e outros valores recolhidos ou adiantados que serão compensados no momento da liquidação do fato gerador, compostos a seguir.

DIREITOS A COMPENSAR	2013	2012
Salário-maternidade/família	665	585
IRRF/Aplicações financeiras	58.053	72.698
ICMS a recuperar/compensar	77	131
IR a restituir	14	14
CSLL a restituir	5	5
PIS a restituir	-	676
COFINS a restituir	-	3.122
IR – retido na fonte – Lei nº 9.430	183.163	67.953
CSLL retido na fonte – Lei nº 9.430	45.195	13.739
COFINS retido na fonte – Lei nº 9.430	17.247	8.330
PIS/PASEP retido na fonte – Lei nº 9.430	4.327	1.774
INSS retenção por clientes	123	188
Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/03	1.630	500
Recolhimento indevido – INSS	570	197
Outros impostos e encargos sociais a compensar	642	639
Pagamentos transitórios	41.305	1.599
<b>TOTAL</b>	<b>353.016</b>	<b>172.150</b>

**8.2.1 – Imposto de Renda Retido na Fonte:** o saldo refere-se ao imposto de renda, compensável, incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Em decorrência do prejuízo fiscal apurado não houve a utilização da disponibilidade. O montante reconhecido nas demonstrações contábeis de 2012 foi compensado na sua totalidade com valores a recolher de PIS e COFINS durante o ano-calendário de 2013.

**8.2.2 – PIS a Restituir e COFINS a Restituir:** no decorrer de 2013, houve a utilização dos créditos fiscais por meio de Declarações de Compensação para saldar as obrigações com contribuições de mesma natureza.

**8.2.3 – Tributos e Contribuições/Lei no 9.430/1996:** refere-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de faturas de serviços prestados ou produtos adquiridos. O incremento do saldo decorre principalmente da reclassificação, do não circulante para o circulante, dos valores retidos pelo Banco do Brasil S/A, quando firmado o contrato para acesso ao Banco Postal, bem como pelo acúmulo das retenções não utilizadas face ao cenário de prejuízo fiscal.

**8.2.4 – Pagamentos Transitórios:** refere-se, principalmente, a pagamentos de faturas a receber de órgãos públicos, através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, nos últimos dias do ano, aguardando transferência do recurso para a conta de movimentação da ECT.

### 8.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2013	2012 reapresentado
Faturas em cobrança jurídica	86.586	50.818
PCLD de faturas em cobrança jurídica	(86.059)	(50.383)
Cheques em cobrança jurídica	198	239
Perdas não dedutíveis de cheques cob. jurídica	(105)	(241)
Alcances	6	44
Débitos de empregados em cobrança jurídica	2.654	2.446
Perda não dedutível de débitos de empregados	(2.583)	(2.415)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	11.368	15.983
Perda não dedutível de débitos de terceiros	(11.027)	(15.541)
Inadimplentes ACF	3.101	2.823
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACF	637	1.028
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACF	11.771	11.724
Perdas não dedutíveis de ACF	(13.327)	(13.473)
Inadimplentes - ACC	665	1.228
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACC	891	187

<b>COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA</b>	<b>2013</b>	<b>2012 reapresentado</b>
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACC	887	993
Perdas não dedutíveis de ACC	(2.266)	(2.050)
Inadimplentes - AGC	10	8
Inadimplentes AGF	5.610	1.961
Perdas não dedutíveis de AGF	(1.491)	(416)
<b>TOTAL</b>	<b>7.526</b>	<b>4.963</b>

**8.3.1 – Faturas em Cobrança Jurídica:** o montante de R\$ 86.586 refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica da ECT.

Os critérios para constituição da Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD foram revisados no exercício de 2013 e, ao final do exercício, foi constituída uma nova PCLD, conforme demonstrado abaixo. O aumento de R\$ 35.676 em despesa nesta rubrica deve-se a mudança de critério para o cálculo, a fim de atender o que determina o CPC 38, no qual a empresa não pode mais constituir a PCLD com base na perda estimada, mas sim, em evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos esteja sujeito à perda no valor recuperável.

<b>PCLD – 2013</b>	
97% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	17.047
100% das perdas dedutíveis (Lei 9430/96)	69.012
<b>Saldo final da PCLD em 31/12/2013</b>	<b>86.059</b>
<b>PCLD - 2012</b>	
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2012 (97% do saldo)	50.383
<b>Saldo final da PCLD em 31/12/2012</b>	<b>50.383</b>

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD.

<b>MOVIMENTAÇÃO PCLD</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Saldo em 1º de janeiro	50.383	44.912
Adições	77.188	20.219
Baixas	(41.512)	(14.748)
PCLD não dedutível	<b>17.047</b>	<b>50.383</b>
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	<b>69.012</b>	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>86.059</b>	<b>50.383</b>

Para fins fiscais, o eventual excesso de PCLD constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, esta sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

**8.3.2 – Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF:** o montante de R\$ 11.771 refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas devido ao descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança. A perda não dedutível de ACF é constituída, mensalmente, considerando o saldo do mês anterior, à base de 30% do saldo da conta inadimplentes ACF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

**8.3.3 – Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica:** o montante de R\$ 2.654 refere-se a débitos de ex-empregados apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. É constituída mensalmente uma perda não dedutível à base de 99% do saldo acumulado no mês anterior na conta-débitos de empregados em cobrança jurídica.

**8.3.4 – Cobrança Jurídica de Débitos de Terceiros:** refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. A perda não dedutível é constituída à base de 97% do saldo acumulado do mês anterior.

**8.3.5 – Inadimplentes AGF:** refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. Mensalmente, com base no saldo do mês anterior, é constituída uma perda não dedutível de 30% do saldo da conta inadimplentes AGF e 90% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

#### 8.4 – Valores a Apurar

<b>PREJUÍZOS EM APURAÇÃO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prejuízos a apurar - delitos externos	10.736	16.951
Prejuízos a apurar - delitos internos	40.409	42.557
Perdas não dedutíveis de prejuízos a apurar	(47.706)	(52.525)
Outros	621	578
<b>TOTAL</b>	<b>4.060</b>	<b>7.561</b>

**8.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos:** os montantes de R\$ 10.736 e R\$ 40.409 referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face da ECT pertencer ao Governo Federal, todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

A perda não dedutível, demonstrada na tabela acima, é constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos registrados no mês anterior, constante nas contas de prejuízos a apurar delitos internos e externos.

**8.4.2 – Outros:** o montante de R\$ 621 refere-se a reembolsos postais a apurar e prejuízos a apurar de estoques.

#### 8.5 – Outros Créditos

<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Notas promissórias	-	8
Vale postal internacional - importação	233	182
Serviço médico de aposentados	4.012	2.217
Outros débitos de terceiros	44.420	7.054

<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Outros débitos de empregados	17.957	13.135
Venda de imóveis funcionais	11	12
<b>TOTAL</b>	<b>66.633</b>	<b>22.608</b>

**8.5.1 – Vale Postal Internacional – Importação:** a importância de R\$ 233 refere-se a valores a receber das Administrações Postais Internacionais pela prestação de serviço realizada em função dos vales postais emitidos no exterior para pagamento em território nacional.

**8.5.2 – Serviço Médico de Aposentados:** corresponde aos direitos de valores de co-participação do serviço médico/odontológico prestado aos aposentados, líquido da perda não dedutível no valor de R\$ 901, e cuja cobrança é realizada pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís.

**8.5.3 – Outros Débitos de Empregados:** o montante de R\$ 17.957 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

**8.5.4 – Outros Débitos de Terceiros:** o montante de R\$ 44.420 refere-se principalmente a multa aplicada a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída a base de 99% do saldo acumulado do mês anterior.

## NOTA 9 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

**9.1 – Imóveis Funcionais:** o valor de R\$ 1.459 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída anualmente de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal para posterior repasse.

**9.2 – Tributos Diferidos:** Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12) e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O IRPJ e CSLL diferidos devem ser classificados no não circulante, mesmo que sua expectativa de realização seja de curto prazo. O detalhamento da movimentação e composição está na Nota 17.2.

### 9.3 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS RECURSAIS	JUDICIAIS	E	2013	2012 Reapresentado
Depósitos judiciais			19.245	8.566
Depósitos recursais			17.147	17.814
Depósitos recursais administrativos			59.790	57.437
<b>TOTAL</b>			<b>96.182</b>	<b>83.817</b>

Os valores de R\$ 19.245 e R\$ 17.147 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais em que a ECT figura como ré. O valor de R\$ 59.790 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS referente às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente todos os meses;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo.

As provisões passivas dos processos referentes a estes depósitos estão demonstrados na nota 14.2

**9.4 – Valores a Compensar:** o saldo de R\$ 107.974 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte pelo Banco do Brasil S/A, por ocasião do pagamento do valor de acesso ao negócio quando firmado o contrato com o Banco Postal, já deduzido das parcelas classificadas no Ativo Circulante. A compensação dos créditos iniciou-se em janeiro de 2012, e continuará sendo aproveitada proporcionalmente até o fim da vigência contratual de 5 anos, concomitante à realização da receita.

#### 9.5 – Outros:

OUTROS	2013	2012
Outros créditos a realizar	2.868	5.249
Bens sucateados		

	264	786
<b>TOTAL</b>	<b>3.132</b>	<b>6.035</b>

**9.5.1 – Outros Créditos a Realizar:** do montante de R\$ 2.868 nesta rubrica, R\$ 1.375 refere-se a faturas renegociadas de clientes, anteriormente registradas no curto prazo.

**9.5.2 – Bens Sucateados:** refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte.

## NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	2013	2012
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda não dedutível no investimento	(28.062)	(28.062)
Museus e coleções	927	918
Imóveis mantidos para investimento	19.385	15.978
Depreciação de imóveis mantidos para investimento	(5.593)	(5.170)
Outros investimentos	895	895
<b>TOTAL</b>	<b>19.130</b>	<b>16.137</b>

**10.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR:** são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

**10.2 – Imóveis Mantidos para Investimentos:** Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos (IAS 40), são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 2.9.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Baixas	Adições	Transferên. entrada	Transferên. saídas	Depreciação/Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2012
Terrenos cedidos/alugados	319	-	-	-	(251)	-	-	570
Prédios cedidos/alugados	66	-	-	-	(533)	(8)	-	607
Instalações cedidas/alugadas	4	-	-	-	-	(3)	-	7
Desocupados	13.403	(27)	-	3.885	(54)	(44)	20	9.624
<b>Total de prop. para invest.</b>	<b>13.792</b>	<b>(27)</b>	<b>-</b>	<b>3.885</b>	<b>(838)</b>	<b>(56)</b>	<b>20</b>	<b>10.808</b>

(1) O valor líquido em 31/12/2013 corresponde ao valor líquido de 31/12/2012 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

**NOTA 11 – IMOBILIZADO**

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 2.9.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Baixas	Adições	Transferên. Entradas	Transferên. Saídas	Ajustes da reapres ent.	Deprec./ Amortiz .	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2012
Terrenos	213.030	-	123.369	1	(3.126)	-	-	-	92.786
Prédios	365.080	(4)	12.568	1.670	(208)	5.243	(24.821)	4	370.628
Instal. prédios próprios	96.775	-	2.760	97	(684)	863	(24.231)	-	117.970
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33.553	(13.915)	13.220	376	(984)	1.297	(17.772)	13.511	37.820
Obras em andamento	135.235	-	71.565	640	(155.153)	-	-	-	218.183
<b>Subtotal de imóveis</b>	<b>843.673</b>	<b>(13.919)</b>	<b>223.482</b>	<b>2.784</b>	<b>(160.155)</b>	<b>7.403</b>	<b>(66.824)</b>	<b>13.515</b>	<b>837.387</b>
Móveis e utensílios	210.864	(10.382)	51.869	1.714	(1.423)	554	(33.513)	7.599	194.446
Máquinas e equipam.	139.721	(221.232)	34.662	813	(1.320)	497	(48.094)	217.606	156.789
Veículos motorizados	364.995	(33.423)	303.092	3.543	(3.666)	-	(65.996)	32.920	128.525
Veículos não motoriz.	5.067	(919)	3.020	148	(127)	-	(1.539)	740	3.744
Ferramentas e instrumentos	1.431	(72)	121	11	(11)	-	(301)	62	1.621

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Baixas	Adições	Transferên. Entradas	Transferên. Saídas	Ajustes da reapres ent.	Deprec./ Amortiz .	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2012
Equip. process. dados	142.090	(25.596)	99.551	3.479	(3.476)	1 5	(40.245)	27.581	80.781
<b>Subtotal de Móveis</b>	<b>864.168</b>	<b>(291.624)</b>	<b>492.315</b>	<b>9.708</b>	<b>(10.023)</b>	<b>1.066</b>	<b>(189.688)</b>	<b>286.508</b>	<b>565.906</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.707.841</b>	<b>(305.543)</b>	<b>715.797</b>	<b>12.492</b>	<b>(170.178)</b>	<b>8.469</b>	<b>(256.512)</b>	<b>300.023</b>	<b>1.403.293</b>

- (1) O valor líquido em 31/12/2013 corresponde ao valor líquido de 31/12/2012 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;
- (2) Para fins de elaboração do fluxo de caixa, o total das adições deve ser subtraído das transferências do imobilizado em andamento para o imobilizado definitivo uma vez que estas foram consideradas em adições no momento de reconhecimento do custo da obra na ordem de R\$ 155.153 e somado os valores apresentados na coluna ajustes para rerepresentação (R\$ 7.401) devido a incorporações de bens baixados indevidamente em 2012.
- (3) A depreciação/amortização dos bens baixados foi considerada apenas para fins de demonstração. O valor considerado no fluxo de Caixa – R\$ 271.976 refere-se à despesa de depreciação/amortização do ano de 2013 com os bens do imobilizado, intangível, propriedades para investimento e de alguns bens que no decorrer do ano foram transferidos para a conta de bens sucateados.
- (4) O valor de R\$ 8.465 reincorporado ao grupo em 2013 refere-se à rerepresentação do saldo de 2012 no Balanço Patrimonial.

## NOTA 12 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.10.

Composição e movimentação do ativo intangível

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Baixas	Adições	Transferências as entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2012
Softwares, Licenciamento e similares	53.342	(7.212)	20.547	465	(465)	(15.029)	7.211	47.826
<b>Total Intangível</b>	<b>53.342</b>	<b>(7.213)</b>	<b>20.547</b>	<b>465</b>	<b>(465)</b>	<b>(15.029)</b>	<b>7.211</b>	<b>47.826</b>

- (1) O valor líquido em 31/12/2013 corresponde ao valor líquido de 31/12/2012 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;
- (2) A depreciação/amortização dos bens baixados foi considerada apenas para fins de demonstração. O valor considerado no fluxo de Caixa – R\$ 271.976 refere-se à despesa de depreciação/amortização do ano de 2013 com os bens do imobilizado, intangível, propriedades para investimento e de alguns bens que no decorrer do ano foram transferidos para a conta de bens sucateados.

### NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE

**13.1 – Fornecedores:** representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

**13.2 – Salários e Consignações:** correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2013	2012
Obrigações Trabalhistas	10.297	9.587
INSS – Empregado	35.791	35.162
Postalís (BD) - Empregado	105	1.799

Postalís (Postalprev) - Empregado	23.703	22.111
Retenção SEST/SENAT	3	3
Férias	942.185	843.164
<b>TOTAL</b>	<b>1.012.084</b>	<b>911.826</b>

O aumento de R\$ 100.259 neste grupo deve-se, principalmente, ao aumento de 8% nos salários conforme acordo coletivo 2013/2014.

**13.3 – Encargos Sociais:** correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais. O acréscimo na comparação com 2012 corresponde ao incremento da folha de pagamento.

ENCARGOS SOCIAIS	2013	2012
INSS – empregador	109.121	101.641
Postalís – empregador	2.231	75
SENAI adicional	834	771
Salário educação	10.332	9.045
FGTS	55.030	44.810
INSS – contribuinte individual	874	838
INSS – cooperativas	676	674
Postalprev empregador	21.918	20.075
<b>TOTAL</b>	<b>201.016</b>	<b>177.929</b>

**13.4 – Impostos e Contribuições:** correspondem às obrigações relativas às retenções na fonte de tributos de empregado e de terceiros, os tributos sobre o lucro, às contribuições do PIS e da COFINS sobre o faturamento bem como outras obrigações tributárias. O acréscimo em comparação ao ano anterior ocorreu principalmente devido ao aumento das retenções na fonte de empregados e de terceiros.

<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
INSS Empresas - retenção fonte	6.562	6.542
INSS retenção - contribuinte individual	339	280
COFINS	47.934	44.784
PASEP	10.392	9.710
ICMS	2.713	4.722
ISSQN - Retido de terceiros	5.990	5.890
IRF - Retido de empregados	40.437	35.422
IRF - Retido de terceiros	2.220	1.956
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	28.278	23.669
Outras obrigações tributárias	16	1
IRPJ	2.478	2.431
CSLL	937	776
<b>TOTAL</b>	<b>148.296</b>	<b>136.183</b>

**13.4.1 – IRPJ/CSLL:** Os valores a recolher de IRPJ e CSLL referem-se ao recálculo dos impostos ocasionados por ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida lançamentos no Patrimônio Líquido.

**13.5 – Dividendos a Pagar:** foram calculados dividendos/JCP na ordem de R\$ 154.127, conforme decisão da Administração, correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado, desse percentual, 25% referem-se ao dividendo mínimo obrigatório e 25%, ao dividendo adicional. No decorrer de 2013, foram calculados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 206.817 e registrados como despesa financeira, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Contudo, por decisão do Conselho de Administração em 27/12/2013, por meio do Relatório/CA-048/2013, foi realizado o pagamento de dividendos intermediários à União no valor de R\$ 300.000, considerando a expectativa de lucro para 2013, JCP e reserva de lucro realizada.

O Estatuto Social da ECT determina o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos à União. Contudo, tem sido prática a destinação de dividendos da ordem de 50% dos lucros desde o exercício de 2006.

A seguir, a demonstração do cálculo em 2013 e em 2012.

<b>Demonstração do cálculo do dividendo</b>	<b>2013</b>
A - Lucro apurado	325.278
B - Ajuste de Exercícios Anteriores	799
C - Base de cálculo reserva legal (A-B)	324.479
D - 5% destinado à reserva legal (C x 5%)	16.224
E - Lucro líquido ajustado (C-D)	308.255
F - 50% do lucro após reserva legal (E x 50%)	154.127
- Dividendo mínimo obrigatório (E x 25%)	77.063
- Dividendo adicional (E x 25%)	77.064
G - Dividendo Complementar (Reserv. Lucro Exerc. Anteriores)	129.131
H - Dividendos Adicionais	16.742
<b>I - Total de dividendos distribuídos (F+G+H)</b>	<b>300.000</b>

  

<b>Demonstração do cálculo do dividendo</b>	<b>2012</b>
A- Lucro apurado	1.044.061
B- Ajustes de exercícios anteriores	-
C- Tributos diferidos do exercício	-
D- Base de cálculo reserva legal (A-B-C)	1.044.061
E- 5% destinado à reserva legal (D x 5%)	(52.203)
F- Lucro líquido ajustado (D-E)	991.858
G- 50% do lucro após reserva legal (F x 50%)	495.929
- Dividendo mínimo obrigatório (F x 25%)	248.464

- Dividendo adicional (F x 25%)	248.465
I- Juros sobre capital próprio	239.590
J- Dividendos apurados (G-I)	256.339
K- Adiantamento feito à União	(400.000)
L- Dividendo adicional proposto a pagar (vide nota 2.22)	95.929
<b>M- Total dividendo distribuído e adicional</b>	<b>495.929</b>

**13.6 – Arrecadação e Recebimentos:** as obrigações que compõem esse grupo estão compostas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADÇÃO E RECEBIMENTOS	2013	2012
Emissão vale postal nacional	4.001	2.111
Vale postal internacional - importação	392	269
Vale postal internacional - exportação	1.246	1.354
Reembolso postal – entrega	767	983
Venda de título de capitalização	2.206	1.305
Venda de produtos de terceiros e consignados	1.297	487
Recebimento de contas – serviços públicos	49	95
Recebimento de contas – serviços particulares	120	373
Recebimento para o Postalís	30.071	26.811
Recebimento de imposto de importação	11.475	6.899
Serviços virtuais	180	502
Certificado digital	868	2.481
Outros recebimentos/arrecadações	787	806
<b>TOTAL</b>	<b>53.459</b>	<b>44.476</b>

**13.6.1 – Recebimento para o Postalis:** refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis – dos empréstimos consignados dos funcionários da ECT.

**13.6.2 – Emissão de Vale Postal Nacional:** o valor de R\$ 4.001 corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

**13.6.3 – Recebimento de Impostos de Importação:** refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

**13.6.4 – Certificado Digital:** refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

**13.6.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados:** referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc. O acréscimo de R\$ 810, em comparação a 2012, deve-se, principalmente, à venda de cartões telefônicos registrados como produtos em consignação.

**13.7 – Adiantamentos de Clientes:** refere-se principalmente a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de dezembro.

**13.8 – Contas Internacionais a Pagar:** o valor de R\$ 59.597 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e cias. aéreas em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2013 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e a ECT é obrigada a seguir.

**13.9 – Precatórios:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2013 equivale às obrigações vencíveis em 2014.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	2013	2012
Precatórios (Circulante)	82.940	55.302
<b>TOTAL</b>	<b>82.940</b>	<b>55.302</b>

**13.10 – Empréstimos e Financiamentos:** obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Existem R\$ 2,946 referentes a duas amortizações no circulante, além de R\$ 398 provisionados referentes a juros e comissões. No não circulante, as duas amortizações somam R\$ 2,946. Em fevereiro de 2013 foi amortizada a última parcela do financiamento com o banco alemão KFW, assim como em dezembro com o japonês MARUBENI.

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor em 31/12/2013 Moeda Estrangeira	Cotação em 31/12/2013	Qtde Parcelas		Em Reais		
						Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	TOTAL
JBIC	31/12/2013	12/12/2015	4	JPY 263.853	R\$ 0,02233	2	2	2.946	2.945	5.891
Provisão de Encargos e Comissões								398	-	398
<b>TOTAL</b>								<b>3.344</b>	<b>2.945</b>	<b>6.289</b>

A garantia do Contrato de Outorga de Contragarantia nº. 10.322, celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e a ECT, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencendo em 12/12/2015), tem o Banco do Brasil como o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos (JBIC, MARUBENI, KFW e Danske Bank) – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, a ECT paga comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda deixa bloqueada parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13B.

A seguir, o detalhamento das parcelas a vencer discriminadas por agente financeiro e exercício social:

Agente Financeiro	2014	2015
JBIC	2.946	2.945
<b>TOTAL</b>	<b>2.946</b>	<b>2.945</b>

**Situação dos contratos em 31/12/2012:**

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor em 31/12/2012 Moeda Estrangeira		Cotação em 31/12/2012	Qtde Parcelas		Em Reais		
							Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
KFW	31/12/2012	28/02/2013	1	EUR	2.641	R\$ 2,69540	1	0	7.117	-	7.117
JBIC	31/12/2012	12/12/2015	8	EUR	531.595	R\$ 0,02372	4	4	6.351	6.258	12.609
Marubeni	31/12/2012	12/12/2013	2	EUR	76.882	R\$ 0,02372	2	0	1.824	-	1.824
Danske Bank	31/12/2012	30/09/2011	0	EUR	-	R\$ 2,69540	0	0	-	-	-
Provisão de Encargos e Comissões									1.327	-	1.327
<b>TOTAL</b>									<b>16.619</b>	<b>6.258</b>	<b>22.877</b>

**13.11 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR:** dos R\$ 46.943 registrados nesta rubrica, R\$ 5.926 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados da ECT, R\$ 261 à PLR de 2012 dos dirigentes e R\$ 997 relativos à reserva técnica provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis.

Nesse exercício, foram destinados aos empregados R\$ 38.627 a título de PLR, conforme limitador de 11,875% do lucro líquido obtido no exercício e não superior a 25% dos dividendos distribuídos, estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ainda dentro dos termos da Resolução CCE (Conselho de Coordenação e Controles das Empresas Estatais) nº 010, de 30 de maio de 1995. Existem, ainda, R\$ 1.132 destinados aos dirigentes, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

**13.12 – Receitas Recebidas Antecipadamente:** o total de R\$ 582.813 é composto por R\$ 565.783 referentes a valor de acesso ao negócio do Banco Postal (atualizadas monetariamente), pagas pelo Banco do Brasil, e apropriadas como receita mensalmente, de acordo com a execução do objeto; R\$ 14.740 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2014; e R\$ 2.290 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pela ECT.

**13.13 – Outros Débitos**

<b>OUTROS DÉBITOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Convênio Sesi/Senai	5.018	6.091
Caução de fornecedores	21.827	20.468
Outros créditos diversos	4.993	4.000
Valores a regularizar	7.066	3.800
Outros	735	3.503
<b>TOTAL</b>	<b>39.639</b>	<b>37.862</b>

**13.13.1 – Convênio Sesi/Senai:** o montante de R\$ 5.018 refere-se à parcela retida pela Empresa dos pagamentos a serem efetuados ao SESI/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

**13.13.2 – Caução de Fornecedores:** o valor de R\$ 21.827 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

**NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE****14.1 – Benefício Pós Emprego**

Como já mencionado na nota explicativa 2.17, a ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD.

O conselho do fundo de pensão age de acordo com os interesses do fundo e de todos os interessados, ou seja, empregados ativos, empregados inativos, aposentados e empregadores. O conselho do fundo de pensão é responsável pela política de investimento para os ativos do fundo.

**14.1.1 - Análise de Riscos**

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário. Os riscos relacionados ao plano PBD/Postalis decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos benefícios) são compartilhados entre a ECT e participantes e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2006.

#### RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em títulos públicos, quotas de fundos de investimentos (curto prazo, renda fixa, ações, direitos creditórios, participações e imobiliário), entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

#### 14.1.2 - Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefício definido foi registrada em 31 de dezembro de 2013 pela empresa Gama Consultores Associados, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

#### 14.1.3 - Principais Premissas

As principais premissas usadas na avaliação atuarial, considerando a base dados coletada em novembro de 2013, foram as seguintes: a natureza previdenciária dos benefícios e a responsabilidade pelo financiamento do plano (patrocinador, participantes e assistidos):

	2013
<b>Financeiras:</b>	
Taxas de juros de desconto atuarial anual	12,47%
Taxas de juros real de desconto atuarial anual	6,62%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	5,49%
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	5,49%
Taxa média de inflação anual	5,49%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	12,47%
<b>Demográficas:</b>	
Taxa de rotatividade	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos *	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados *	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT 49 (Agravada em 50%)
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento
<u>Composição familiar para custos de pensão:</u>	
Participantes/aposentados	Média Hx definida pelo administrador do plano
<b>Principais hipóteses e parâmetros:</b>	

Taxa de juros de desconto	12,47% a.a.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M F

#### 14.1.4 - Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

	2013
<b>Custo do serviço:</b>	
Custo de serviço corrente líquido	32.077
Custo de juros líquido	(239.558)
<b>Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego</b>	<b>(207.481)</b>
<b>Remensurações do plano de benefício definido:</b>	
Ganhos e perdas sobre o ativo justo	(813.872)
Ganhos e perdas sobre a obrigação atuarial de benefício definido (aj. de experiência)	4.062.266
Mudança da restrição da obrigação atuarial	(637.508)
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial	(239.559)
Efeito do não reconhecimento em exercícios anteriores	(2.940.522)
<b>Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes</b>	<b>(569.194)</b>
<b>Total dos componentes de custo do plano de benefício definido</b>	<b>(776.675)</b>

#### 14.1.5 – Status do Fundo e Passivo/Ativo Reconhecidos

	2013
<b>Status do plano de benefícios:</b>	
Valor presente da obrigação atuarial	(7.870.139)

(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	637.508
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida</b>	<b>(7.232.631)</b>
Valor justo dos ativos do plano no final do período	5.577.720
<b>Passivo/ativo líquido: Status do plano de benefícios: Déficit/Superávit</b>	<b>(1.654.911)</b>
<b>Responsabilidade líquida decorrente da obrigação do plano de benefício</b>	<b>(1.654.911)</b>
<b>Movimentação do passivo/ativo reconhecido no balanço:</b>	
<b>Passivo/ativo reconhecido no início do período</b>	<b>(1.165.474)</b>
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	287.239
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(207.481)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(569.194)
<b>Passivo/ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(1.654.911)</b>
<b>Apuração do efeito do compart. risco pelos participantes e assistidos do plano:</b>	
Valor presente das contribuições extraordinárias de amortização do déficit	637.508
<b>Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (participantes e assistidos)</b>	<b>637.508</b>

#### 14.1.6 - Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

	2013
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período *</b>	<b>(11.162.725)</b>
Custo de juros	(1.013.907)
Custo de serviço corrente	(15.769)
Benefícios pagos pelo plano	259.996
Remensurações de ganhos/perdas atuariais (ajustes de experiência)	4.062.266
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período</b>	<b>7.870.139</b>

\* Referente aos participantes e assistidos vinculados à Empresa patrocinadora do plano.

**14.1.7 - Valor Justo dos Ativos do Plano**

O valor justo dos ativos do plano no fim do período de relatório para cada categoria está apresentado a seguir:

<b>VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO</b>	<b>2013</b>
Caixa e equivalentes de caixa	162
Realizável	170.385
Títulos públicos	215.345
Crédito de depósitos privados	1.410.459
Quota de fundos de investimentos – curto prazo	-
Quota de fundos de investimentos – renda fixa	1.414.704
Quota de fundos de investimentos – ações	71.091
Quota de fundos de investimentos – direitos creditórios	95.272
Quota de fundos de investimentos – participações	1.404.803
Quota de fundos de investimentos – imobiliário	248.497
Empréstimos e financiamentos	728.529
<b>(-) Recursos a receber – patrocinador:</b>	
(-) Exigível operacional	(20.537)
(-) Exigível contingencial	(49.991)
(-) Fundos de investimentos	(9.622)
(-) Fundo Administrativo	(101.377)
<b>Total dos ativos no final do período</b>	<b>5.577.720</b>

#### 14.1.8 – Descrição da Política de Investimentos

A política de investimentos do Fundo é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalís. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas com benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. A meta do plano a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 6,00% a.a. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- a) Taxa esperada de retorno;
- b) Preservação de capital;
- c) Diversificação;
- d) Tolerância a risco;
- e) Estabilidade;
- f) Liquidez; e
- g) Regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

#### 14.1.9 – Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

A taxa de desconto atuarial foi definida pela patrocinadora (ECT), considerando a *duration* do plano de benefícios, apurada em 283 meses, resultando na taxa de 6,6175%, do título da NTN-B, com vencimento para 2035.

#### 14.1.10 – Conciliação do Valor Justo dos Ativos do Plano

Na tabela a seguir, a ECT apresenta a conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano:

CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO		2013
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do período</b>		<b>5.781.713</b>
Receita de juros		534.789
Contribuições do patrocinador		287.239
Contribuições dos participantes		47.847
Benefícios pagos pelo plano		(259.996)

Ganhos/perdas sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(813.872)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período</b>	<b>5.577.720</b>

#### 14.1.11 - Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeiro do final do período.

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Parâmetros
	Idade -1	Idade + 1	0,25%	-0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.218.688	8.010.115	7.568.265	8.116.272	7.870.139
Valor justo dos ativos do plano	5.577.720	5.577.720	5.577.720	5.577.720	5.577.720
<b>Superávit/déficit do plano</b>	<b>(2.640.968)</b>	<b>(2.432.395)</b>	<b>(1.990.545)</b>	<b>(2.538.552)</b>	<b>(2.292.419)</b>
<b>Variações :</b>					
Aumento/redução da obrigação atuarial	4,40%	1,80%	-3,80%	3,10%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	15,20%	6,10%	-13,20%	10,70%	-

### 14.1.12 - Projeção de Receitas, Despesas e Pagamentos para 2014

As receitas, despesas e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

<b>Projeções para 2014</b>	
<b>Montantes de:</b>	
Custo do serviço corrente líquido	32.738
Custo de juros líquido	(131.913)
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-
<b>Total da despesa/receita a reconhecer</b>	<b>(99.175)</b>
<b>Montantes de contribuições esperadas pelo patrocinador:</b>	
Normais	29.375
Extraordinárias	261.122
Administração	34.028
<b>Pagamentos esperados para o plano pelo patrocinador</b>	<b>324.524</b>

### 14.1.13 – Conciliação do Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial da ECT

Conciliação entre o passivo da ECT com o valor da obrigação atuarial, tendo em vista estudos que serão realizados no ano de 2014, quanto à taxa administrativa.

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Benefício pós-emprego - CP	324.524	266.071
Benefício pós-emprego - LP	1.292.144	899.403
Postalís - empregador - CP	2.231	-
<b>Registrado no final do exercício</b>	<b>1.618.899</b>	<b>1.165.474</b>

Taxa administrativa amortizada*	36.012
<b>Total da obrigação atuarial</b>	<b>1.654.911</b>

\* Pagamentos efetuados durante o exercício de 2013 e janeiro de 2014

**14.2 – Passivo Contingente:** a ECT, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza trabalhista e cível e tributária. A empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias referem-se, principalmente, a contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de Construção Civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pela ECT em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa movida contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2013, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

#### 14.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo em 31/12/2012	Provisões revertidas ou com alteração de risco	Valor convertido em precatório	Provisões adicionais	Valor alterado (1)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2013
<b>DEMANDAS JUDICIAIS</b>							
Trabalhista	257.497	(9.739)	(38.163)	37.738	(12.094)	726	235.965
Civil	249.892	(3.061)	(3.186)	2.222	(1.779)	18.726	262.814
Tributária	0	0	0	10.349	0	0	10.349
<b>TOTAL</b>	<b>507.389</b>	<b>(12.800)</b>	<b>(41.349)</b>	<b>50.309</b>	<b>(13.873)</b>	<b>19.452</b>	<b>509.128</b>
<b>DEMANDAS ADMINISTRATIVAS</b>							

Trabalhista	-	-	0	19	-	-	19
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19</b>

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 9.3.

Em 31/12/2013, a ECT era ré em 5.280 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Transbrasil	Cível Pagamento atrasado / correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	R\$ 82.317
Vasp	Cível Pagamento atrasado / correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	R\$ 73.515
Varig	Cível Pagamento atrasado / correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	R\$ 53.688
SINTECT - Campinas e Rio Claro.	Trabalhista Pagamento de verbas trabalhistas - progressão salarial horizontal.	R\$ 45.056
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços - e implantação na folha de pagamento.	R\$ 27.694
INSS	Fiscal Contribuição previdenciária, multa e juros.	R\$ 2.236

#### 14.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

##### 14.2.2.1 – Perda Possível

Em 31/12/2013, a ECT era ré em outras 18.508 demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, já com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante atualizado é de R\$ 1.831.244, bem como em mais 8.077 processos do âmbito administrativo e 303 suspensos, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 2.546.000. De acordo com o CPC nº 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

**14.3 – Tributos Compensados:** o montante de R\$ 121.800 refere-se aos tributos não recolhidos (PASEP, COFINS e INSS) e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda., em demanda judicial, uma vez que a compensação foi indeferida.

	2013	2012
Tributos Compensados	121.800	123.066
<b>TOTAL</b>	<b>121.800</b>	<b>123.066</b>

**14.4 – Mandados e Precatórios:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2013 equivale às obrigações vencíveis em 2015:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2013	2012
Precatórios (Não-Circulante)	14.233	6.492
<b>TOTAL</b>	<b>14.233</b>	<b>6.492</b>

**14.5 – Receitas Recebidas Antecipadamente:** o saldo de R\$ 1.129.720 corresponde ao recebimento para acesso ao Banco Postal, mediante contrato firmado com o novo parceiro, Banco do Brasil S/A. O reconhecimento no resultado será feito proporcionalmente ao tempo de vigência do contrato, que é de 5 anos.

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**15.1 – Composição Acionária do Capital Social:**

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 3.179.458	<p>Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095.</p> <p>O estatuto da ECT, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, informava o Capital Social de R\$ 1.868.964.</p> <p>A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011.</p> <p>A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atingisse o montante de R\$ 2.264.968.</p> <p>Em 2012 foi proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reversas de investimento realizadas no decorrer no exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), majorando o Capital Social para R\$ 2.683.529. Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21/03/2013 e ratificado na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 19/04/2013. Decisão de adiamento, para ulterior Assembleia, da proposta de aumento do capital social, conforme parecer da STN nos termos da 3ª Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>No exercício de 2013 foi publicado novo estatuto, aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, informando o Capital Social da ECT para R\$ 2.070.231.</p> <p>No exercício de 2013, juntamente com as demonstrações contábeis, é proposta a capitalização de R\$ 495.929, oriundos de reservas de investimento, fazendo com que o Capital Social atinja o montante de R\$ 3.179.458. O valor do novo capital ainda não foi alterado no estatuto.</p>

## 15.2 – Reservas de Lucros

**15.2.1 – Reserva Legal:** o valor de R\$ 16.224 foi constituído mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade ao que determina o artigo 193 da Lei 6.404/76, totalizando em 2013 R\$ 347.725;

**15.2.2 – Reserva para Investimentos:** o Conselho de Administração aprovou a proposta orçamentária de Investimento no montante de R\$ 800.000 para o Exercício de 2014, nos termos da Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante deste contexto, foi proposta a constituição da Reserva de Investimento com o valor remanescente do resultado de R\$ 137.386. Ressalte-se que, para o montante de investimentos realizados em 2013 foi proposta a capitalização da reserva, conforme nota 15.1.

**15.2.3 – Reserva de Lucros a Realizar:** devido à realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011, a Administração destinou R\$ 129.131 para o pagamento de dividendos, visto que, sob o aspecto financeiro, houve um acréscimo patrimonial pelo não desembolso de valores destinados ao pagamento destes impostos.

<b>LUCROS A REALIZAR EM 31/DEZ/12</b>	<b>529.928</b>
Postalis	93.500
Trabalhistas	22.539
Demais Realizações	24.251
Lucro a Realizar distribuído a maior em 2012	(11.159)
<b>Lucro Realizado</b>	<b>129.131</b>
<b>LUCROS A REALIZAR EM 31/DEZ/13</b>	<b>400.797</b>

**15.3 – Outros Resultados Abrangentes:** valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, que são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos das mudanças nas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19).

<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>2013</b>
Ganho ou perda atuarial	569.193
Tributo diferido sobre o ganho ou perda atuarial	193.525
<b>TOTAL</b>	<b>375.668</b>

**NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
**16.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços**

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	2013	2012 Reapresentado
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>15.380.898</b>	<b>14.532.417</b>
Receitas Nacionais	15.056.418	14.270.012
Receitas Internacionais	324.480	262.405
<b>(-) DEDUÇÕES</b>	<b>587.604</b>	<b>562.045</b>
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	562.420	540.429
Receitas canceladas	25.184	21.616
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>14.793.294</b>	<b>13.970.372</b>

Em 2013 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 14.793.294. Levando-se em consideração os dez maiores destaques nas vendas, identifica-se que o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuem com 35% e 30% das principais receitas, respectivamente, situação inalterada em relação a 2012.

RECEITAS	2013	(%)	2012	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	4.722.886	35%	4.556.719	35%
Sedex	4.075.133	30%	3.856.718	30%
Contrato de Postagem	998.805	7%	1.376.839	11%
Selo Estampado	882.653	6%	805.212	6%
PAC Contrato	705.235	5%	440.652	3%
Mala Direta Postal	588.864	4%	607.689	5%
Malote	497.559	4%	491.861	4%
Outras	419.354	3%	29.317	0%
PAC à vista	365.031	3%	323.539	2%
Filatelia	362.728	3%	489.583	4%
<b>TOTAL</b>	<b>13.618.248</b>	<b>100%</b>	<b>12.978.129</b>	<b>100%</b>

### 16.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2013 atingiram R\$ 11.627.998. Desse total, R\$ 7.686.614 são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

### 16.3 – Despesas com Vendas

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 1.086.945.

### 16.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da empresa e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.710.434.

### 16.5 – Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos ganhos que decorrem do resultado das atividades acessórias da empresa, com destaque para as luvas do Banco Postal, com o montante de R\$ 565.538, conforme detalhamento das cinco principais receitas, que correspondem a 98% do total do grupo no exercício:

	2013	2012
Luvas - Banco Postal	565.538	565.552
Despesas recuperadas	162.135	111.074
Multas de fornecedores	69.396	65.811
Multas de clientes	47.681	28.766
Anuidade de ACF's	11.602	8.824
<b>TOTAL</b>	<b>856.352</b>	<b>780.027</b>

### 16.6 – Outras Despesas Operacionais

Representam as perdas que decorrem de transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme detalhado a seguir:

	2013	2012
Impostos vinculados à receita	126.224	108.434
Prejuízos na alienação de bens	4.508	1.320
<b>TOTAL</b>	<b>130.732</b>	<b>109.754</b>

### 16.7 – Receitas Financeiras

A redução significativa no total do grupo deve-se, principalmente, à rentabilidade de aplicações financeiras que, em 2013, retornou aos patamares normais praticados no mercado. Esse decréscimo de R\$ 771.673 nas aplicações confirmou as expectativas do mercado da elevação das taxas de juros em 2013 que precificam os papéis, onde se tem uma relação inversa entre preço e taxa. O quadro a seguir evidencia as contas do grupo.

	2013	2012 Reapresentado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	329.084	1.100.757
Variação Cambial Internacional	73.645	44.954
Variação Monetária	12.009	24.759
Juros	10.238	33.136
Variação Cambial Financiamentos	2.811	6.653
Outras	8.373	5.592
<b>TOTAL</b>	<b>436.160</b>	<b>1.215.851</b>

### 16.8 – Despesas Financeiras

O aumento observado neste grupo está intimamente ligado aos fatores que reduziram as receitas financeiras. Se a influência da elevação da taxa de juros em 2013 provocou a diminuição da rentabilidade de aplicações financeiras, onde se tem uma relação inversa entre preço e taxa, da mesma forma as perdas com esses investimentos se apresentaram mais significativas. O quadro a seguir evidencia as principais contas do grupo.

	2013	2012 Reapresentado
Perdas em Aplicações Financeiras	92.257	405
Variação Cambial	41.983	32.378

Juros	10.553	47.120
Multas Dedutíveis	3.417	3.984
Taxa de Administração de Cartão de Crédito	2.525	2.158
Outras	9.254	41.532
<b>TOTAL</b>	<b>159.989</b>	<b>127.577</b>

## NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

### 17.1 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias federais publicadas e em vigência na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL</b>	<b>2013</b>	<b>2012 Reapresentado</b>
<b>Lucro antes do JSCP</b>	<b>387.594</b>	<b>1.516.115</b>
Juros sobre Capital Próprio	(206.817)	(239.590)
<b>Lucro antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)</b>	<b>180.777</b>	<b>1.276.525</b>
<b>IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>61.440</b>	<b>398.513</b>
<b>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>	<b>876</b>	<b>4.315</b>

<b>Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias</b>	<b>(83.610)</b>	<b>(40.726)</b>
Adições	1.786.615	884.763
Exclusões	(1.870.225)	(925.489)
Patrocínio Incentivado	-	(6.750)
Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	-	(6.836)
Fundo Nacional do Idoso	-	(134)
<b>Tributos Recolhidos/Prejuízo Fiscal</b>	<b>(21.294)</b>	<b>348.382</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	<b>(83.610)</b>	<b>(40.726)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>62.316</b>	<b>402.828</b>

### 17.2 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa. A seguir o detalhamento:

Ativo Fiscal Diferido	Saldo em 31/12/12	Constituição	Baixa	Saldo em 31/12/13	Moviment. do período
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>804.483</b>	<b>1.980.141</b>	<b>(1.858.306)</b>	<b>926.318</b>	<b>121.835</b>
Conting. Trabalhistas	87.549	15.225	(22.539)	80.235	
Conting. Cíveis	84.963	7.178	(2.785)	89.356	
Fornecedores Provisão	144.740	1.640.263	(1.670.254)	114.749	
Res. a Amortizar - S. Passado	396.303	246.864	(93.500)	549.667	
Outras Contingências	90.928	70.611	(69.228)	92.311	
<b>Prejuízo/Base Negativa</b>	<b>92.066</b>	<b>21.270</b>	<b>(11.915)</b>	<b>101.421</b>	<b>9.355</b>
<b>Créditos Tributários Ativados</b>	<b>896.549</b>	<b>2.001.411</b>	<b>(1.870.221)</b>	<b>1.027.739</b>	<b>131.190</b>

<b>CSLL</b>	237.322	529.785	(495.059)	272.048	34.726
<b>IRPJ</b>	659.227	1.471.626	(1.375.162)	755.691	96.464

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Valores</b>
2014	359.034
2015	233.608
2016	151.998
2017	98.899
2018	184.200
<b>TOTAL DO DIFERIDO</b>	<b>1.027.739</b>

#### **NOTA 18 – SEGURO DOS BENS**

A ECT não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com adoção desse instrumento, exceto pelos imóveis (prédios) discriminados abaixo, vinculados à Administração Central em Brasília/DF e às Diretorias Regionais da Bahia e de São Paulo – capital e região metropolitana, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão e alagamento.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURA DO
Edifício Sede/BSB	Allianz Seguros S/A	147.998
Edifício Apolo	Mapfre Vera Cruz Seguradora	3.377
Edifício Pasteur	Ace Seguradora da S/A	7.022
Universidade Correios	Ace Seguradora da S/A	24.027
Edifício Sede/SPM	Marítima Seguradora S/A	185.834
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	75.655
Agência de Brotas/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	667
<b>TOTAL SEGURADO</b>		<b>444.580</b>

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais referente às operações aeronáuticas da ECT, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

#### NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da ECT, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

	2013	2012
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>4.542</b>	<b>4.092</b>
<b>Honorários</b>	<b>4.360</b>	<b>4.092</b>
Diretoria Executiva	4.263	4.008
Conselho de Administração	48	42
Conselho Fiscal	48	42
<b>Participações no Lucro</b>	<b>183</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.542</b>	<b>4.092</b>

A ECT não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do Plano de Previdência Complementar dos Correios (Postalis), bem como do Plano de Saúde da ECT.

## NOTA 20 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 20.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2013	2012
Menor salário	1.084	1.004
Maior salário	41.984	39.388
Salário médio	3.091	2.886
<b>Dirigentes</b>		
Presidente	41.984	39.388
Vice-presidentes	36.508	34.250
<b>Conselheiros</b>		
Conselho fiscal	4.021	3.482
Conselho de administração	4.021	3.482

## 20.2 – Assistência Médica e Promoção à Saúde

Por ser uma operadora de autogestão patrocinada singular/RH até dezembro de 2013 a ECT está desobrigada de enviar informações econômico-financeiras à Agência Nacional de Saúde. Contudo, deve apresentar as despesas de prestação de assistência à saúde de forma separada em suas demonstrações contábeis. Assim, para uma melhor gestão do plano de saúde oferecido pela ECT aos seus empregados, a empresa optou por constituir a Postal Saúde, empresa privada, sem fins lucrativos, que passará a administrar o plano de saúde dos empregados da ECT a partir de 2014. Nesse contexto, seguem discriminadas as despesas geradas pelo plano de saúde:

	2012	2013
Serviço Médico Social – Pessoa Física	34.344	38.394
Serviço Médico Social – Pessoa Jurídica	713.395	873.070
Promoção à Saúde e Segurança	2.407	2.153
Serviço Médico Aposentados	96.392	100.060
Auditoria Médica	2.535	3.860
Cartão Farmácia	11562	16452
Taxa de constituição do Postal Saúde	0	6150
<b>TOTAL</b>	<b>860.636</b>	<b>1.040.139</b>

### NOTA 21- EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01.01.2012 entrou em operação o contrato de prestação de serviços de correspondente bancário com o Banco do Brasil para acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Em 22.11.2013, a ECT assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco do Brasil, com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

A parceria poderá se concretizar mediante a constituição de sociedade de participações e de instituição financeira, cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas, ampliando seu portfólio de produtos e serviços, para aproximá-lo dos modelos internacionais de bancos postais.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 19 de março de 2014.